

Movimentos migratórios e os migrantes como atores políticos no desenvolvimento do capitalismo

Rafael Rezende¹

Resumo: Este artigo consiste numa análise sobre a ação política de migrantes em distintos momentos do capitalismo moderno. Neste estudo, tentamos demonstrar que o fenômeno da migração está diretamente vinculado com o avanço do modo capitalista de produção e que os migrantes são sujeitos políticos que coletivamente ou individualmente influenciaram nos mais diversos movimentos políticos do período histórico mencionado. Argumentamos que tal influência rompe o senso comum sobre o migrante como objeto passivo e apresenta esses indivíduos e coletividades como sujeitos ativos capazes de desafiar algumas das mais importantes instituições modernas.

Palavras-chave: Migração. Modernidade. Capitalismo. Ativismo.

Migratory movements and migrants as political actors in the development of capitalism.

Abstract: This article consists of an analysis on the political action of migrants at different moments of modern capitalism. In this study, we try to demonstrate that the phenomenon of migration is directly linked to the advance of the capitalist mode of production and that migrants are political subjects that collectively or individually influenced the most diverse political movements of the historical period mentioned. We argue that such influence breaks the common-sense about the migrant as passive and presents these individuals and collectivities as active subjects able to challenge some of the most important modern institutions.

Keywords: Migration. Modernity. Capitalism. Activism.

¹ Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: brozrezende@gmail.com

Movimientos migratorios y migrantes como actores políticos en el desarrollo del capitalismo

Resumen: Este artículo consiste en un análisis sobre la acción política de los migrantes en diferentes momentos del capitalismo moderno. En este estudio, intentamos demostrar que el fenómeno de la migración está directamente vinculado al avance del modo de producción capitalista y que los migrantes son sujetos políticos que influyeron colectiva o individualmente en los más diversos movimientos políticos del período histórico mencionado. Argumentamos que dicha influencia rompe el sentido común sobre el inmigrante como pasivo y presenta a estos individuos y colectividades como sujetos activos capaces de desafiar algunas de las instituciones modernas más importantes.

Palabras clave: Migración. Modernidad. Capitalismo. Activismo.

Introdução

O crescimento dos movimentos migratórios é uma realidade incontornável dos nossos tempos, um fenômeno ao mesmo tempo político, social e econômico que dificilmente será refreado. Sua existência está diretamente relacionada com processo de globalização iniciado com as grandes navegações e robustecido a partir das revoluções industriais produzidas nos séculos XVIII, XIX e XX. Apesar do citado processo significar o aumentado progressivo da circulação de mercadorias, informações e pessoas em todo o mundo, tal aumento não ocorre de maneira equivalente e nem sempre a circulação de pessoas decorre de maneira voluntária. Milhares de pessoas são diariamente impelidas a migrar para fugir de guerras, perseguições, eventos climáticos extremos ou mesmo para buscar condições de vida minimamente dignas. Essas pessoas constroem as mais diversas histórias de vida, algumas com sucesso, outras tantas enfrentando inúmeras dificuldades nas sociedades de destino. O fato é que elas existem e que essa existência é, por si só, um desafio à tradicional noção de cidadania e direitos humanos herdada do pensamento liberal que aflorou durante a modernidade.

Comumente, quando não apontados como uma ameaça, os migrantes são tratados como objeto de estudo ou de solidariedade,

como vítimas passivas, como bem pontuou Vickers e Rutter (2018) ao analisarem os discursos construídos sobre o migrante na Inglaterra. Contra esse posicionamento, defendemos que os migrantes se apresentam historicamente como sujeitos políticos singulares capazes de produzir demandas, atuarem politicamente e influírem decisivamente nos rumos das sociedades de destino e origem. Sendo assim, este artigo tem como objetivo demonstrar que, em distintos momentos do capitalismo moderno, migrantes atuaram politicamente e que essa atuação muitas vezes foi decisiva para o desenrolar da história.

Nas próximas páginas, pretendemos engendrar uma análise histórica e teórica das diferentes interseções entre o ativismo político de migrantes e o desenvolvimento do capitalismo moderno. Portanto, apresentaremos a hipótese de que migrantes são sujeitos políticos completos e complexos cujas atividades muitas vezes foram e continuam sendo ocultadas. Para tal, iniciaremos apresentando alguns exemplos da participação de migrantes nas lutas anticoloniais, bem como na formação do movimento operário que marcou as lutas sociais durante o capitalismo industrial. Em seguida, mostraremos como o neoliberalismo reformatou os movimentos migratórios na contemporaneidade. Por fim, discutiremos brevemente a noção de migrante como sujeito político e os desafios que os movimentos migratórios apresentam para a moderna noção de cidadania.

Do colonialismo ao capitalismo industrial

Não existe consenso sobre o momento fundacional da modernidade política, isto é, do mundo que surgiu do processo de lutas inspirado pelo conjunto de ideias liberais, pelo progresso técnico e científico e pelo desenvolvimento associado do Estado moderno e do modo de produção capitalista. Giddens (1991), por exemplo, assume que a modernidade começa a raiar no século XVII, a partir da emergência de um estilo de vida e de organização social próprios cuja influência foi ulteriormente mais ou menos mundializada. Dito isso, escolhemos assumir aqui como marco

histórico a Revolução Francesa, interpelada como um processo largo que inclui a Revolução Haitiana, a Independência dos EUA e as guerras napoleônicas que transformaram profundamente a Europa e as Américas. O que muitas vezes passa despercebido é o papel que os migrantes assumiram em algumas dessas lutas a partir das então já existentes redes transnacionais de migrantes.

Um bom exemplo do que queremos apontar surgiu no raiar da modernidade política, na segunda metade do século XVI, durante o processo de independência do Haiti. Durante aquela que foi a primeira revolução de escravos da história, alguns dos negros que lutaram por liberdade já haviam acumulado experiência combatendo na guerra de independência estadunidense. É o caso de Chavannes, que em 1790, mesmo antes da Revolução Haitiana ser iniciada, já havia sido uma liderança de uma revolta de escravos, juntamente com Vicent Ogé, um mestiço de posses que entrou em contato com o pensamento liberal em Paris (JAMES, 2010).

Ainda há um processo mais significativo, que parte do Haiti, relacionado à ação política e à transgressão fronteiriça. A diáspora haitiana, parte integrante da diáspora negra africana, é a denominação conferida ao processo de dispersão do povo negro e mestiço haitiano por diversas localidades, por mais de duzentos anos - incluindo o Brasil. Fugindo da brutalidade do escravismo, do terror e da fome, comuns em violentos movimentos de libertação, milhares de haitianos deixaram o país nas agitadíssimas últimas décadas do século XVIII. James (2010) afirma, por exemplo, que após a Bataille du Cap-français, em julho de 1793, dez mil haitianos fugiram da ilha, a maioria com destino a Santiago de Cuba e Baracoa, na ilha vizinha, ou ao EUA, mais precisamente Nova Orleans (SCOTT, 2011)². Ao chegarem na principal localidade da Lousiana, os haitianos encontraram uma cidade amplamente destruída pelos incêndios de 1788 e 1794 e submersa no racismo.

² Ainda segundo Scott, aproximadamente vinte mil haitianos viviam refugiados em Cuba até 1809, quando o governo da Espanha, durante a ocupação promovida pelo exército de Napoleão Bonaparte, foi pressionado a expulsá-los. A maioria deles partiu para os EUA.

As influências da chegada de tantos haitianos em Nova Orleans podem ser identificadas na arquitetura das casas; nos termos em créole difundidos até hoje; na presença da religião vodum e também no imaginário político dos negros. O historiador estadunidense Peniel Joseph (2010) relata, por exemplo, que Frederick Douglass, uma das mais importantes lideranças negras e abolicionistas dos EUA, teria afirmado que os negros estadunidenses se referenciavam no “brilhante exemplo” haitiano e que o líder revolucionário Toussaint Louverture era um nobre libertador e legislador de seu corajoso povo.

Já que iniciamos abordando tal tema, tomemos um outro interessante exemplo de redes transnacionais de migrantes em um contexto de luta por independência. Em um intrigante livro que mescla estudos sobre sociologia, história e literatura, Benedict Anderson (2014) aborda a colaboração dos escritores Jose Rizal e Mariano Ponce para a luta de independência filipina. Anderson habilmente argumenta que ao migrar das Filipinas para Madrid, Rizal entrou em contato com as ideias nacionalistas que circulavam na Europa. Ideias que por ele foram muito bem mobilizadas para formar a Liga Filipina, organização que, em um primeiro momento, atuou no exílio em defesa da liberdade do referido país. Além disso, Anderson aponta como crucial o apoio ofertado pelos anarquistas espanhóis aos movimentos de independência nas colônias e principalmente a inspiração fornecida pela comunidade cubana exilada na Espanha e seu efetivo apoio à luta de independência da ilha caribenha, comandada por José Martí, inicialmente desde Nova Iorque. Ainda que tal teia de relações políticas, inspirações práticas e trocas intelectuais entre migrantes nascidos nas Filipinas e em Cuba não conformassem uma rede transnacional da forma que as imaginamos no século XXI, com alguma generosidade, elas sim podem ser consideradas como tal. O grau de mundialização das articulações promovidas por tal rede é revelado por meio das cartas enviadas por Ponce³. Em sua pesquisa documental,

³ Explicitamos que a interpretação sobre as redes de ativistas cubanos e filipinos pró independência como transnacional é inteiramente nossa e não

Anderson descobre que aquele se comunicava com filipinos em Nova Orleans, Paris, Hong Kong e Macau, e com cubanos em Nova Iorque e Paris. Ademais, Ponce também enviou cartas a japoneses, espanhóis, austro-húngaros e a um holandês, um português, um britânico, um estadunidense, um canadense e um chinês. Cartas essas destinadas a pelo menos quatorze países diferentes.

O movimento de expansão do modo capitalista de produção, durante o século XX, em suas diferentes fases, foi acompanhado por guerras, ocupações e espoliações dos mais variados tipos. Tais processos, por si só, já produziam todo tipo de fluxo migratório, desde pessoas que fugiam da violência e da miséria, até exilados políticos. Para além dessa dimensão mais clara dos movimentos migratórios, há uma outra, menos evidente a olho nu, que está diretamente vinculada à formação de um sistema-mundo no qual a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho, em conjunção com a deterioração dos termos de intercâmbio, produziam pauperização nas periferias e enriquecimento nos grandes centros. Em 1913, Lenin já havia percebido tal processo com bastante clareza.

O capitalismo criou uma forma particular de migração dos povos. Os países em rápido desenvolvimento no aspecto industrial, introduzindo mais máquinas, desalojando os países atrasados do mercado mundial, elevam os salários acima da média e atraem operários assalariados dos países atrasados. (LENIN, 1977. p. 88)

Lenin não apenas notou o crescimento significativo dos fluxos migratórios. Ele também foi capaz de articular tal fenômeno político e social com o então vigente estágio de desenvolvimento das forças produtivas e conferiu um caráter progressista a tal movimento, reconhecendo que a migração dos trabalhadores

de Anderson. O autor em momento algum se aventura por tal debate, nem afirmando, nem negando o caráter que estamos concedendo a tal rede. Sua única menção ao transnacional foi referindo-se à biblioteca de José Rizal.

a países desenvolvidos estava “quebrando o embrutecimento bafiento da vida local, destruindo as barreiras e preconceitos nacionais, unindo os operários de todos os países” (LENIN, 1977. p. 89). Se por um lado, a afirmação de Lenin aparenta estar lotada de um profundo voluntarismo, uma vez que o movimento de migração não necessariamente significa o rompimento dos nacionalismos em prol de uma união operária cosmopolita, por outro lado, ele astutamente notou algo que é bastante caro a este estudo: o movimento migratório também como um movimento de ideias, o que fica claro no perceptível entusiasmo do teórico com o embarque de operários russos para os EUA, o que, segundo ele, poderia ensinar os operários da América a engendrar greves de massas “mais corajosas e mais ofensivas” (LENIN, 1977. p. 90).

O movimento migratório como movimento de ideias consideradas perigosas pode ser muito bem notado observando a Argentina da virada do século XIX para o XX. Naquele período, o país foi destino de centenas de milhares de migrantes, entre eles militantes anarquistas de origens variadas, mas principalmente espanhóis, italianos e russos. Estes migrantes rapidamente lograram adentrar os sindicatos e montar círculos libertários nos quais propagavam as ideias anarquistas trazidas da Europa e as adaptavam a realidade local. A conexão intelectual por eles estabelecidas entre Europa e Buenos Aires era tamanha que, em um primeiro momento, os jornais anarquistas distribuídos na cidade eram produzidos na Europa e trazidos de navio. Nos referimos aos periódicos *La Question Sociale* e *La Révolte*, ambos compartilhados na cidade portuária a partir da penúltima década do século XIX. Aquele, inclusive, passou a ter uma edição local e ganhou certa proeminência entre os operários após a passagem do anarquista Errico Malatesta pelas cidades de Buenos Aires e Rosário, entre 1885 e 1889 (DOMÍNGUEZ, 2012.; MONTOYA, 1986).

Ainda observando o caso argentino, país aqui escolhido como exemplo devido ao gigantesco montante de migrantes que lá chegaram no final do século XIX e início do XX, podemos notar um enorme cruzamento da questão migrante com a operária. Os operários italianos foram acusados de trazerem consigo as

perigosas ideias anarquistas que inflamavam trabalhadores e, por algumas décadas, sustentavam a temida Federação Operária Regional Argentina. Não tardou para que o entendimento inicial sobre o italiano como elemento civilizador se tornasse um olhar amedrontado que associava os italianos ao anarquismo. Como bem afirma María Migueláñez Martínez (2010), naquele momento a questão social acabou por cruzar com a questão nacional.

Um bom exemplo desse cruzamento é Severino Di Giovanni, um dos mais conhecidos ativistas políticos do início do século XX. Italiano, Di Giovanni se aproximou do anarquismo ainda em sua terra natal, especialmente influenciado pelas ideias do seu conterrâneo Errico Malatesta. Devido às atividades políticas empreendidas, foi obrigado a fugir para a Argentina na década de 1920. Em Buenos Aires, ele participou de uma série de roubos e atentados, com destaque especial para o ataque à embaixada estadunidense como represália à prisão dos também anarquistas e italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, em Massachusetts (BAYER, 1989). Di Giovanni foi executado, na Argentina, em 1931. Antes de morrer, o ativista pôde testemunhar, na década anterior, a gradual contração do movimento anarquista. Isso ocorreu, em parte, por conta do crescimento do movimento comunista como consequência da Revolução Russa, em parte, devido à duríssima repressão estatal sofrida pelo movimento operário argentino⁴.

Se do lado dos migrantes italianos trabalhadores houve uma grande adesão aos ideais anarquistas, a partir da década de 1920, do lado dos migrantes italianos ricos ou enriquecidos, houve uma grande adesão ao movimento fascista. É preciso ressaltar que, naqueles tempos, uma parte dos migrantes italianos da

⁴ A Revolução Russa afetou diretamente a vida de uma significativa parcela dos muitos migrantes judeus que viviam em Buenos Aires. Boa parte deles era de origem russa, asquenazim, e foram vítimas do misto de antissemitismo e da paranoia anticomunista que assolou o mundo na segunda década do século XX. Buenos Aires foi a única cidade da América Latina onde houve um pogrom, que ocorreu em 1919, em meio a repressão à uma grande greve promovida pelo então pungente movimento operário daquele país.

primeira e segunda onda já haviam logrado ascender socialmente. Comerciantes e industriais italianos passaram a representar uma significativa parcela da burguesia urbana portenha. Boa parte destes abraçaram o fascismo, quer seja pela possibilidade de afirmação e orgulho da nacionalidade italiana, ou mesmo para utilizar o prestígio internacional dos primeiros anos do regime fascista como atalho para acessar certos privilégios no Estado argentino. Talvez o caso mais exemplar seja o do industrial Vittorio Valdani, que liderou uma associação de empresários fascistas chamada “Grupo Italiano”. Ele também foi o fundador do mais importante jornal italiano em Buenos Aires, *Il Mattino d’Italia*, de linha editorial pró fascista, que circulou até 1944 (SCARZANELLA, 2004).

Neoliberalismo e expulsões

A relação entre o processo social de migração e o processo econômico de expansão do modo capitalista de produção, percebida por Lenin, na América Latina dos anos 1960 e 1970 provocou um interessante debate sobre marginalidade urbana (KOWARICK, 2000; MACHADO DA SILVA, 1971). Tal debate foi retomado, em tempos recentes, com outros contornos, por Saskia Sassen (2014). A socióloga demonstra que a expansão do modo capitalista de produção em sua forma neoliberal - e, neste ponto, a ideia de expansão deve ser compreendida não apenas como territorial, mas principalmente como avanço sobre bens comuns e sobre distintas esferas da vida, o que inclui o próprio corpo humano e a racionalidade - produz expulsões territoriais. O objetivo central da socióloga é interpretar o fenômeno migratório no final do século XX e no início do XXI não como um emaranhado de processos efêmeros motivados por eventos pontuais (guerra, crise econômica, crise ambiental etc.), mas como um fenômeno social fruto de um processo sistêmico, ao nosso ver, diretamente vinculado ao que Harvey (2008) chamou de processo de acumulação por espoliação.

Sassen indica três reconfigurações que caracterizam o capitalismo contemporâneo a partir das quais surgiram renovadas formas de acumulação cujas consequências são a brutalização e

a expulsão de pessoas de seus territórios. A primeira delas é o desenvolvimento de formações predatórias, isto é, uma junção entre elites globais e capacidades sistêmicas de concentração de riqueza nunca vistas na história da humanidade. Como consequência direta, observa-se um exponencial processo de concentração de renda que aumenta de forma descomunal as desigualdades dentro e fora dos territórios nacionais. A segunda reconfiguração foi o incremento do mercado de terras. De acordo com Sassen, a crescente demanda por matérias primas para as indústrias, bem como o aumento global do preço dos alimentos, fizeram com que a terra fosse um investimento desejável para a especulação, gerando também um substancial crescimento da compra de terras por estrangeiros. O terceiro e último ponto é a financeirização da economia, cujo perigo, segundo Sassen, reside na capacidade de geração de valor mesmo quando famílias, governos e economias empobrecem. Por fim, não menos importante, a autora destaca a morte das terras e das águas, assim como outras questões ambientais complexas, como consequência de tais reconfigurações, em especial do incremento do investimento em compra de terras para a produção de commodities que serão financeirizadas.

O que salta aos olhos é a conformação de um mundo que, a partir do processo de globalização neoliberal, abre as fronteiras para a cada vez mais veloz circulação de capitais, mercadorias e informações, ao passo que fecha as fronteiras para os seres indesejáveis, os humanos subalternizados, aqueles mesmos que foram vítimas dos processos de expulsão aqui recém expostos. Nesse sentido, as fronteiras tornam-se pontos de seleção, categorização e estratificação social que objetivamente limitam o direito humano à migração, bem como os passaportes tornam-se elementos de diferenciação entre nacionalidades bem-vindas ou não. Pensando nisso, Zygmunt Bauman (1999) produziu uma metáfora interessante sobre a modernidade capitalista contemporânea, que ele preferia chamar de pós-modernidade. Segundo o filósofo, há uma tendência de que todos sejamos ou turistas ou vagabundos. Os primeiros viajam porque querem, uma vez que o mundo para eles é demasiado atrativo e possuem

a possibilidade de escolher para onde vão, enquanto os segundos viajam porque são impelidos. Uma vez que o mundo é demasiado inóspito para eles, se movimentam para onde é possível.

Se já bem expusemos os movimentos migratórios contemporâneos como majoritariamente decorrentes de processos de expulsão vinculados ao atual modo de acumulação capitalista, ainda nos falta observar mais propriamente quem é o migrante. Catherine Wihtol De Wenden (2013) apresenta uma interessante discussão sobre a categoria migrante. Segundo ela, as aceleradas mudanças nas formas de mobilidade a nível mundial fizeram com que o número de migrantes triplicasse nos últimos 40 anos desgastando assim a tradicional dicotomia entre trabalhadores migrantes e refugiados. De fato, o World Migration Report (IOM, 2022) aponta que existem cerca de 281 milhões de migrantes no mundo. Tal número representa aproximadamente 3,6% da população mundial.

A primeira mudança apontada por Withol De Wenden diz respeito a categoria de refugiado, que não representa mais o modelo arquétipo da Convenção de Genebra de 1951, uma vez que a carta decorrente de tal convenção pensava em indivíduos sofrendo perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. O que verificamos atualmente são migrações coletivas fruto de perseguições geralmente levadas a cabo não apenas por Estados, mas também pelas sociedades. A segunda mudança diz respeito a existência de migrantes estabelecidos e migrantes temporários. Isso porque, cada vez mais, migrantes temporários tornam-se estabelecidos uma vez que, ao chegar na sociedade de destino, esses indivíduos, geralmente indocumentados, encontram dificuldades de retornar para seu país de origem. Por outro lado, a abertura das fronteiras europeias para os cidadãos de determinados países daquele continente, a partir da ratificação do Tratado de Schengen, promoveu a circulação frenética de migrantes na região, borrando dessa forma as fronteiras entre o que pode ser considerado um migrante temporário e um migrante estabelecido.

Por fim, Withol De Wenden aponta alguns novos ou renovados tipo de migração. A pesquisadora cita nominalmente a

migração por motivos de saúde e a migração devido a questões ambientais - catástrofes naturais, desertificação, empobrecimento do solo, aumento do nível dos mares, para citarmos alguns exemplos. Ainda assim, ela salienta que as migrações estimuladas por crises políticas e econômicas seguem preponderantes. Ela ainda chama atenção para o fato do perfil dos migrantes, outrora majoritariamente homens oriundos de áreas rurais, hoje ser majoritariamente urbano e mais bem dividido em relação ao gênero.

Sujeitos políticos e cidadania moderna

Se já expusemos brevemente as possíveis motivações que fazem um indivíduo ou um grupo migrar, bem como algumas mudanças recentes sobre o perfil de quem migra, agora nos cabe explorar mais amplamente o que é um migrante e porque defendemos sua condição de sujeito político ativo. Uma definição clássica, com a qual corroboramos, aponta o migrante como um fato social total (SAYAD, 1998), isto é, um portador de uma condição que o afeta como indivíduo, bem como a sociedade, em sua totalidade. Isso quer dizer que, do ponto de vista econômico, social, político, cultural, ser um migrante estipula o indivíduo enquanto ser social. Tal definição nos interessa especialmente, uma vez que Sayad afirma que os migrantes estão excluídos do antagonismo de classes

não tanto devido à sua posição na sociedade e no processo de produção, muito pelo contrário, mas sim devido a seu estatuto de membros excedente, e excedentes até na classe social à qual se poderiam agregar. Entretanto, isso não significa que os eventuais conflitos que envolvessem o imigrante (quer os iniciem, quer tomem parte contra sua vontade, com que por procuração e, à vezes, mais como pacientes do que como agentes) não fossem conflitos de classe; significa simplesmente que, para os imigrantes que só participam de modo secundário, como que por

acidente ou por amálgama, sem grande legitimidade para fazê-lo, esses conflitos são completamente diferentes de simples conflitos negociáveis como o podem ser entre parceiros legítimos e legitimados para fazê-lo, eles são mais do que isto ou, ao menos, são isto de forma secundária e como por agregação ou procuração. (SAYAD, 1998. p. 273)

Há algo bastante interessante na abordagem de Sayad e que gostaríamos de destacar. Em primeiro lugar, ressaltamos que corroboramos a visão do autor sobre a condição do migrante como fato social total, bem como indivíduo que serpenteia o paradoxo entre o retorno sonhado e um pertencimento inalcançável. Nós também admitimos, em muitos casos, a ideia do migrante como partícipe secundário da luta de classe, uma espécie de segunda classe da classe, não obstante, a condição aqui exposta e a decorrente sujeição fazem parte de apenas uma dimensão do migrante. O que nos interessa, portanto, é salientar a passagem dessa condição de sujeição à condição de sujeito ativo. Tal passagem não significa o apagamento daquela por esta, mas sim o reconhecimento de um sujeito ativo multifacetado no qual se realizam tanto a condição de migrante, isto é, o fato social total aqui já apresentado; quanto o sujeito ativo portador de interesses objetivos, reflexivo e capaz de produzir e articular demandas próprias vinculadas não só à sua condição de migrante como também a aspectos práticos da vida de alguém que também pode ser uma mulher, um trabalhador, um jovem, um religioso, enfim, um sem-número de identidades pelas quais o migrante pode circular e as quais também pode deslocar.

O ideal do migrante unidimensional, isto é, de um indivíduo cuja condição migrante ocupa a totalidade do seu ser, por muito tempo permeou tanto as investigações sobre o tema quanto a ação de parte dos movimentos sociais. Novamente, precisamos aclarar que o reconhecimento da referida condição como algo que permeia as mais diferentes esferas da vida, não quer dizer que as mais diferentes esferas da vida possam ser resumidas à tal condição. Tal confusão fez com que, por bastante tempo, o migrante fosse visto apenas como objeto de solidariedade. Nosso intuito aqui é

justamente mostrar um migrante que, longe de ser unicamente um objeto de estudo ou de solidariedade, é muito mais um sujeito político ativo e frequentemente, transnacional. Ressaltamos que não se trata de minimizar a importante solidariedade com os migrantes que são vítimas das mais distintas formas de violência, mas sim evidenciar seu caráter ativo de resistência perante essas violências durante os mais diversos períodos históricos.

Recentemente, as tensões impostas à moderna noção de cidadania pela passagem dos movimentos migratórios e pela conversão dos migrantes em sujeitos políticos estão gerando um maior interesse em acadêmicos e ativistas. Wihtol De Wenden (2013) pensa na cidadania como um conceito em evolução de acordo com as transformações políticas e sociais em curso. A autora observa que a persistência do vínculo entre cidadania e nacionalidade está cada vez mais permeada - e, quiçá desafiada, acrescentamos - por valores como a socialização propiciada pela residência local, pelo pluralismo cultural e pela luta contra a discriminação. A autora ainda acrescenta que o incremento da mobilidade global levanta algumas questões que precisam ser debatidas: qual a cidadania apropriada para as populações móveis e de dupla presença? A cidadania transnacional pode ir além do Estado-nacional e prefigurar um Estado pós-nacional? Não nos cabe, aqui, responder tais questionamentos, no entanto nos interessa considerar sua própria existência como indicações sobre como os movimentos migratórios promovem transmutações nas formas e conteúdos políticos próprios da modernidade.

Apesar do parcial reconhecimento de alguns direitos por parte dos Estados, os migrantes internacionais seguem apontados como o outro perigoso, o potencial criminoso, o ladrão de empregos⁵. A própria existência do migrante pode significar uma

⁵ Didier Bigo (2002) escreveu um interessante artigo sobre a securitização da questão migratória como tecnologia política transversal usada por diversas instituições como modo de governamentalidade. Segundo o autor, a securitização da questão migratória vai além do crescimento do racismo e da xenofobia por conta dos atos de fala de um renovado campo de extrema-

afronta aos imaginários nacionais normalmente fundados sob a perspectiva de um povo homogêneo na raça, cultura, linguagem e religião. Essa afronta ao imaginário nacional nos leva a uma outra questão: o imigrante é o sujeito próprio da transgressão fronteiriça, mas não só isso. Sua existência é, por si só, o mal-estar da forma Estado. Sayad, em um momento de grande brilhantismo, notou com clareza:

O imigrante põe em risco a ordem nacional forçando a pensar o que é impensável, a pensar que não deve ser pensado, ou o que não deve ser pensado para poder existir; forçando-a a revelar o seu caráter arbitrário (i.e. não necessário), a desmascarar seus pressupostos; forçando-a a revelar a verdade de suas instituições e a expôr suas regras de funcionamento. Nesse sentido, o imigrante (e com ele o emigrante) é um escândalo para toda a ordem política, tanto para a ordem política que fez dele um imigrante quanto para aquela que fala dele como seu emigrante: ele é, como diz Hannah Arendt, 'esse grande perigo que a existência de indivíduos forçados a viver fora do mundo comum engendra', sendo neste caso o mundo comum, o mundo nacional que é o único mundo político, pois é elaborado como tal, é politicamente político. (SAYAD, 1998. p. 274).

Na mesma linha de abordagens sobre a operação do Estado-moderno e sua vinculação com a nacionalidade, Judith Butler (2018) aponta que tal formação política requer periodicamente algum tipo de banimento de minorias nacionais para obter legitimação.

direita. Ela estaria relacionada com: a) na concepção de que o Estado é um corpo para a política e no medo dos políticos de perderem o controle simbólico sobre as fronteiras desse corpo; b) no habitus que estrutura os profissionais de segurança e na relação desses atores com a globalização de novas tecnologias de vigilância e controle; c) um mal-estar de alguns cidadãos com as incertezas cotidianas vinculadas à uma sociedade de risco enquadrada pelo discurso neoliberal por meio do qual a ideia de liberdade é associada os limites impostos pelo perigo e pela insegurança.

O interessante de tal abordagem é que ela difere dois banimentos de acordo com as fronteiras nacionais. O primeiro, externo, ocorre por meio da expulsão. Já o segundo, interno, ocorre por meio do confinamento. Dessa maneira, migrantes e prisioneiros acabam tornando-se elementos de reafirmação da tradicional noção de soberania. Não por acaso, em todo mundo, cresce o número de imigrantes e prisioneiros no mesmo ritmo que cresce a produção capitalista de humanos excedentes.

Vimos, portanto, que os migrantes não são apenas objetos de estudo e de solidariedade, mas sujeitos políticos capazes de refletir e agir a partir de sua condição particular. Também vimos que a reflexão e a ação dos migrantes, na contemporaneidade, esbarram nas limitações de um mundo compartimentado a partir das nacionalidades, tendo a cidadania como conjunto de direitos e deveres vinculados aos naturais de determinado Estado. Todo esse arcabouço histórico sob o qual o Estado moderno está edificado é desafiado pelos movimentos migratórios cujos sujeitos partícipes são obrigados a enfrentar as mais duras consequências, que vão desde o racismo corriqueiro até a prisão e a extradição.

Conclusão

Concluimos este artigo cientes de que muito mais poderia ser dito, uma vez que a história da humanidade está atravessada pela história dos movimentos migratórios. Entretanto, entendemos que cumprimos o papel de desvelar a participação ativa dos migrantes em alguns eventos históricos, relacionando as formações sociais e econômicas de cada tempo com a ação política migrante.

Desde as primeiras linhas, nosso ponto central foi a defesa de uma relação de retroalimentação entre o desenvolvimento do capitalismo moderno e a ação política migrante. De um lado, vimos o desenvolvimento do modo capitalista de produção, em seus vários estágios, produzindo processos de expulsão. De outro lado, vimos os migrantes fomentando ou participando de processos de resistência. Ademais, argumentamos que a própria condição migrante se apresenta como um desafio as tradicionais noções de

cidadania, interpelando a pretensão universal dos direitos com sua particularidade muitas vezes não bem-vinda.

Tratamos de demonstrar que os movimentos migratórios também são movimentos de ideias, de informações, que produzem encontros diversos que podem ser desdobrados em dinâmicas de conflito e solidariedade que ultrapassam os limites dos Estados nacionais. Dessa forma, o migrante se constitui como sujeito a partir do atravessamento das distintas escalas de ação, isto é, territorial, nacional e transnacional.

Em suma, engendramos uma análise teórica amparada em exemplos históricos para verificar nossa hipótese sobre a construção do migrante como sujeito político. Ao fim, a partir de exemplos e de estudo produzidos sobre o tema, conseguimos evidenciar a ação política de migrantes e a ação política migrante, individual ou coletiva, nos diferentes estágios de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Sob Três Bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas-SP; Fortaleza-CE: UNICAMP; Universidade Estadual do Ceará, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAYER, Osvaldo. Severino Di Giovanni, el idealista de la violencia. Buenos Aires: Legasa, 1989.

BIGO, Didier. Security and Immigration: Towards a Critique of the Governmentality of Unease. In. *Alternatives* 27, Special Issue, 2002.

BUTLER, Judith. In. BUTLER, Judith; CHAKRAVORTY SPIVAK, Gayatri., *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

DOMÍNGUEZ, Lucas. La edición de libros y folletos en la conformación del anarquismo argentino. In. Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición. La Plata, 2012.

GIDDENS, A., *As conseqüências da modernidade* /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IOM. The Wolrd Migration Report. Genebra. 2022. Disponível em: https://publicati- ons.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOSEPH, Peniel. Haiti's revolt inspired U.S. black activists. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/OPINION/01/26/joseph.african.americans.haiti/index.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Capitalismo e a Imigração dos Operários*. In. LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1977.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ, Tese de Mestrado. 1971.

MIGUELÁÑEZ MARTÍNEZ, Maria. 1910 y el declive del anarquismo argentino. ¿Hito histórico o hito historiográfico? *Actas del XIV encuentro de Latinoamericanistas españoles: congreso internacional, 200 años de Iberoamérica (1810-2010)*, Santiago de Compostela. p. 436 - 452. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2010.

MONTOYA, Eva Golluscio. *Círculos Anarquistas y circuitos contraculturales en la Argentina del 1900*. In. C.M.H.L.B. Caravelle, n. 46. Toulouse, 1986.

SASSEN, Saskia. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCARZANELLA, Eugenia. *Industriales y comerciantes italianos en Argentina: el apoyo al fascismo, 1922-1955*. *Ciclos en la historia, economía y sociedad*, Año 12. V. 12. N° 28, 2004.

SCOTT, Rebecca. J. *Paper Thin: Freedom and Reenslavement in the Diaspora of the Haitian Revolution*. In. *Law and History Review* November, Vol. 29, No. 4, 2011.

VICKERS, T.; RUTTER, A.. *Disposable labour, passive victim, active threat: Migrant/non-migrant othering in three British television documentaries*. *European Journal of Cultural Studies*, 2018.

WITHOL DE WENDEN, Catherine. *El fenómeno migratório en el siglo XXI. Migrantes, refugiados y relaciones internacionales*. México: FCE, 2013.